

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Ministério de Bolsonaro tem 80% de novatos na política	2
Título: COP24.....	4
Título: Trégua de 90 dias.....	6
Título: China deve dar novo fôlego ao mercado de etanol.....	9
Título: Papéis de estatais têm boa perspectiva de ganho.....	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: Veja os erros e acertos de Temer em Buenos Aires	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: » Diferente do... ..	14
Título: Pautas precisam passar por consulta popular em MG e RS	15
Título: COP-24 quer regular Acordo de Paris	15
Título: Preservar os direitos	17
VEÍCULO: Valor Econômico.....	18
Título: Despesa no ano com subsídio para BNDES e PSI é de R\$ 6,6 bi	18
Título: Plataformas de petróleo puxam investimento no 3º trimestre, mas efeito é apenas contábil.....	19
Título: Almirante deve abrir setor elétrico e conter subsídios	21
Título: Silva e Luna diz que militares vão "surpreender positivamente"	23
Título: Os custos do monopólio constitucional do gás	26
Título: Os riscos de uma meia-privatização	29
Título: Mudanças climáticas no cardápio.....	31
Título: Petróleo tem o pior mês desde outubro de 2008	33
Título: Energia solar comprada fora da rede cresce na África	34

Título: Um jeito novo de transformar resíduos orgânicos em energia	35
Título: Multinacionais surfam a onda de precificação interna do carbono	37

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/12/2018

Seção: O País

Autor: Eduardo Bresciani e Daniel Gullino

Título: Ministério de Bolsonaro tem 80% de novatos na política

Dezesseis indicados nunca ocuparam funções de destaque no Poder Executivo; aliados minimizam falta de experiência

A escalção do Ministério do futuro governo de Jair Bolsonaro indica uma gestão formada majoritariamente por neófitos na política. Dos 20 indicados até agora para o primeiro escalão, 16 nunca foram sequer secretários estaduais ou municipais — e 15, entre os 20, jamais ocuparam cargos no Legislativo. De acordo com a previsão da equipe de transição, esta semana devem ser indicados titulares para as duas pastas que faltam: Meio Ambiente e Direitos Humanos. Aliados de Bolsonaro minimizam a falta de experiência do time.

Sustentam que o presidente eleito chegou ao poder carregado justamente por uma onda de rejeição à política, o que torna natural a formação da equipe ter passado apenas de forma lateral por esse grupo. Observam ainda o fato de o discurso na campanha ter sido antissistema, mais um ponto a referendar a busca por nomes fora do status quo. Dos escolhidos até agora, apenas dois já têm experiência no comando de ministérios, ambos na gestão Michel Temer: Wagner Rosário é o atual titular da Controladoria-Geral da União (CGU), posto no qual vai permanecer, enquanto Osmar Terra, indicado para a pasta da Cidadania, foi ministro de Desenvolvimento Social até abril.

A “EXPERTISE” MILITAR

Outros dois que têm experiência no Executivo são os sul-mato-grossenses Luiz Henrique Mandetta (Saúde) e Tereza Cristina (Agricultura). Ele foi secretário municipal de Saúde em Campo Grande por cinco anos, e ela atuou como

secretária estadual em seu estado por quatro anos. Em relação ao Legislativo, Terra, Mandetta, Tereza Cristina, Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e Marcelo Álvaro Antonio (Turismo) são deputados federais. Não há, até agora, ninguém com experiência no Senado. Quatro dos futuros ministros chegaram ao topo da carreira nas Forças Armadas e, por isso, tiveram postos de comando que envolveram atividades relativas à máquina pública. São eles: Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo), Fernando Azevedo e Silva (Defesa) e **Bento Costa Lima Leite (Minas e energia)**.

Os três primeiros são generais quatro estrelas no Exército, enquanto Lima Leite chegou a almirante de esquadra na Marinha. Um importante auxiliar de Bolsonaro destaca que, ao chegarem a cargos altos na carreira, os militares participam de licitações e fazem ações na área de gestão na quais lhes são exigidas as mesmas “expertises” de um civil. Observam ainda que, na carreira militar, são feitas muitas mudanças de cidade, o que permite a esse time conhecer as diferentes regiões do país como poucos profissionais de outras áreas. A inexperiência no Executivo e na negociação política é explícita em dois dos nomes mais vistosos da equipe: Paulo Guedes (Economia) e Sergio Moro (Justiça).

Guedes tem uma longa carreira na iniciativa privada, mas nunca trabalhou como gestor público. Ele já contemplou em sua equipe pessoas com essa experiência, como o atual secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, e o ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, que comandará o BNDES. No caso de Moro, sua atuação sempre foi na magistratura e, dos nomes anunciados por ele até agora, não há especialistas em gestão. Titular da Casa Civil, Onyx Lorenzoni também não tem experiência no Executivo. O filósofo colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, indicado para a Educação, também é um estreante na política. Em alguns postos, o escolhido tem até experiência técnica na carreira, mas pouca vivência de gestão, assim como o embaixador Ernesto Araújo (Relações Exteriores), que nunca comandou uma embaixada.

ASSESSORES SÃO TRUNFO

O cientista político José Álvaro Moisés, da Universidade de São Paulo (USP), considera que, em qualquer trabalho, o ideal é ter experiência, mas ressalta que, no caso dos ministros, esse problema pode ser contornado se souberem se cercar de pessoas da área. — No caso de um governo, que recebe um mandato da população, se os ministros souberem buscar assessores e assistentes que tenham essa experiência e possam de alguma maneira ajudar, não é um problema — avalia. Ricardo Caldas, da Universidade de Brasília (UnB), concorda e destaca o papel do secretário-executivo, uma espécie de “número dois” de cada ministério: — O poder de um ministro é menor do que as pessoas pensam.

O secretário-executivo também é muito importante, porque é ele quem lida com o ministério no dia a dia.

O ministro tem uma função mais de negociação. Caldas ressalta que cada pasta tem uma burocracia responsável por gerir os programas e que, por isso, não devem ser esperadas grandes mudanças logo no início do governo: — A burocracia de carreira já roda os projetos no dia a dia. Um programa como o Bolsa Família não precisa do ministro para funcionar. O grande desafio virá no final do ano que vem, quando vão se tomar decisões de manutenção ou não dos programas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/12/2018

Seção: Economia

Autor: Helena Borges E Renato Grandelle

Título: COP24

Brasil chega tímido à Convenção do Clima da ONU, dizem especialistas

As negociações da 24-Conferência do Clima (COP24) começam hoje em Katowice (Polônia) e a delegação brasileira chega ao evento sob constrangimento, dizem especialistas em políticas públicas de meio ambiente ouvidos pelo GLOBO. O mais significativo encontro mundial sobre o tema nos últimos três anos, a COP24 terá duração de duas semanas, até o próximo dia 14, e contará com a presença de dezenas de milhares de participantes de 190 países.

Seu principal desafio será o de encontrar uma maneira de implementar as diretrizes do Acordo de Paris, assinado em 2015, que tem como um dos objetivos centrais limitar o aquecimento global.

Mas estabelecer um consenso sobre os próximos passos do acordo climático global e a implantação e regras de fundos bilionários prometidos por nações mais ricas às pobres também estarão no centro das atenções do evento.

O Brasil chega ao evento, dizem observadores do tema, em posição delicada. Nos últimos dez dias, o governo brasileiro anunciou o maior aumento no desmatamento da Amazônia da última década; o presidente eleito Jair Bolsonaro cancelou a realização da próxima convenção no Brasil e já deu a entender que pretende retirar o país do Acordo de Paris.

Anunciado como futuro ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo anunciou que combaterá políticas de governo que compactuem com o "alarmismo climático". É a ele que os delegados brasileiros, funcionários técnicos do Itamaraty que representam os interesses nacionais na conferência, responderão a partir do ano que vem.

— A convenção do clima nasceu no Brasil (na Rio 92). Fomos o único país em desenvolvimento a estabelecer uma meta de redução de emissões de gases estufa. Agora, somos uma interrogação — lamenta Carlos Rittl, secretário executivo do Observatório do Clima. Ele acredita que o "Brasil será assunto na COP", mas não por um bom motivo.

Mas, para o especialista, o novo governo perceberá que não bastará seguir o exemplo do presidente Donald Trump, que anunciou no ano passado a retirada dos EUA do Acordo de Paris.

— Não temos o poder de barganha americano. Sofreremos consequências econômicas mais graves. Muitos países podem evitar acordos comerciais com o Brasil se não participarmos de um tratado climático.

Já o cientista e professor do Instituto de Estudos Avançados da USP Carlos Nobre considera que o país não pode "arredar pé" de seus compromissos, sob pena de perder sua credibilidade internacional. No Brasil, reduzir a emissão de poluentes significa combater o desmatamento — que, no entanto, aumentou 14% entre 2017 e 2018.

— Houve uma enorme queda na fiscalização, o que deu a impressão de impunidade para o setor mais conservador do agronegócio, o maior responsável pelo desmatamento — diz Nobre, que é professor do Instituto de Estudos Avançados da USP.

— O Brasil precisa participar do esforço para evitar que a temperatura global aumente mais de 1,5 grau Celsius, o que, permanecendo no ritmo atual de emissões, pode acontecer em 2031.

Questionado se os acontecimentos recentes afetam o desempenho da delegação brasileira, o Itamaraty não respondeu.

A COP24 se inicia em meio a um quadro de fortalecimento político dos chamados "negacionistas", que refutam o aquecimento global. Seu principal expoente hoje é Trump.

O governo polonês, que está sediando o evento este ano, faz coro à crença da Casa Branca: diminuiu os investimentos em energias renováveis e aumentou em combustíveis fósseis.

MAIS RISCOS

O Acordo de Paris é um conjunto de metas estabelecidas individualmente pelos próprios países participantes. Cada nação signatária anuncia o que está disposta a fazer para diminuir as emissões de gases poluentes. O objetivo é que as metas, somadas, reduzam a velocidade do aquecimento do planeta.

Em 2020, as propostas devem sair do papel, de acordo com os compromissos firmados pelas partes. O coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil, Márcio Astrini, avalia que a essa altura das negociações, o debate deveria estar mais elaborado.

— De um lado há cada vez mais cientistas dando alertas, além do próprio planeta, com tsunamis e incêndios de proporções inéditas. De outro estão dois dos dez maiores emissores, Brasil e EUA, com governantes (Trump e Bolsonaro) que vão para o caminho contrário. Em vez de um debate fortalecido, teremos mais riscos.

Menos pessimista, a diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade, Ana Toni, lembra que o aquecimento global é fato cientificamente comprovado e que sua negação é uma "tática política".

— Mexe-se com interesses profundos, por isso a reação. Minha surpresa é que tenha demorado tanto.

Sem os EUA, a expectativa é a de que a China assuma maior protagonismo nas negociações internacionais, mas o gigante asiático precisa lidar com um paradoxo. É simultaneamente o maior investidor do mundo em energias renováveis e o maior poluidor do planeta.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/12/2018

Seção: Economia

Autor: Henrique Gomes Batista e Marcello Corrêa

Título: Trégua de 90 dias

Acordo entre China e Estados Unidos deve afetar exportações brasileiras

WASHINGTON E BRASÍLIA- Um respiro. É assim que os analistas definem a trégua de 90 dias na guerra comercial acertada na noite de sábado entre Donald Trump e Xi Jin-ping, num jantar em Buenos Aires após o encerramento da reunião do G-20. O acordo temporário prevê que os Estados Unidos não vão elevar de 10% para 25% as tarifas sobre US\$ 200 bilhões em produtos chineses na virada do ano, enquanto a China se compromete a aumentar as compras, sem especificar a quantidade, de produtos industriais, agrícolas e do setor de energia, como combustíveis.

A pausa nas tensões comerciais deve servir como sinal de alívio aos mercados financeiros, que temiam os efeitos para a economia global de uma escalada do conflito, mas não garante que um acordo definitivo possa ser alcançado facilmente. Enquanto o prazo para um entendimento começa a correr, especialistas avaliam que as exportações brasileiras serão afetadas, já que os dois gigantes são os maiores parceiros comerciais do país.

Embora o Brasil se beneficie da melhora do ambiente econômico global, assim como o restante do mundo, especialistas ponderam que o conflito resultou num aumento das exportações de soja para a China. As vendas ao exterior de janeiro até a quarta semana de novembro somaram 78,5 milhões de toneladas, o equivalente a dez milhões a mais do que o resultado de todo o ano passado, impulsionadas pelas compras de Pequim.

Normalmente, os chineses compram a maior parte da soja no quarto trimestre dos EUA, quando ocorre a colheita no país e a safra brasileira ainda está se desenvolvendo. Especialistas avaliam que, se o acordo for adiante, a China pode dar prioridade a bens americanos, o que traria riscos ao Brasil no médio e longo prazos. Brasil e EUA são concorrentes em produtos como soja, carne, frango, milho e aviões.

— O Brasil está totalmente refém nestas negociações entre EUA e China. Nem mesmo na soja, que somos grandes produtores, temos influência na formação de preços. Se os chineses quiserem ser duros com o Brasil, ainda mais num momento em que o novo governo dá sinais de que quer maior alinhamento com os EUA, poderá substituir facilmente os fornecedores do produto — afirma Monica de Bolle, diretora do Programa de Estudos Latino-americanos da John Hopkins University.

ALTA DE 30% NA SOJA

Segundo a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), o país deve fechar o ano com alta de 30% nas exportações de soja, com vendas de 80 milhões de toneladas. José Augusto de Castro, presidente da AEB, avalia que o compromisso da China de comprar commodities dos EUA reverterá esse

movimento, embora frise que o saldo da trégua é positivo, pois vinha afetando os preços dos principais produtos comercializados com a expectativa de demanda mais fraca.

— Num primeiro momento, é uma notícia favorável para o comércio mundial, mas gera uma preocupação. A compra maciça de produtos agrícolas dos EUA atingirá o Brasil — afirma, acrescentando que a expectativa, ainda preliminar, é que as vendas de soja recuem para 70 milhões de toneladas no ano que vem.

Após o encontro entre Xi e Trump, o principal diplomata do governo chinês, o conselheiro de Estado Wang Yi, disse que os dois lados concordaram em abrir seus mercados, acrescentando que enquanto a China avança numa rodada de reformas, as preocupações legítimas dos EUA podem ser resolvidas progressivamente.

As transações entre os dois países somaram US\$ 635,3 bilhões no ano passado. Mesmo com a aplicação de tarifas ao longo deste ano, as exportações chinesas cresceram 7,9%, enquanto as vendas americanas avançaram 3,1%. Para analistas, os chineses demonstraram "boa vontade" com a perspectiva de aumento do volume de compras durante a fase de transição do acordo, ação justificada com a perspectiva de reduzir gradualmente o desequilíbrio no comércio bilateral.

Ainda assim, diante da ausência de um cronograma para as conversas e de uma declaração conjunta, analistas se mostraram céticos quanto à perspectiva de avanços reais em três meses.

TECNOLOGIA E MERCADOS

O problema é que as tensões comerciais vão muito além da balança. Há divergências mais difíceis de resolver num prazo de 90 dias em áreas como transferência de tecnologia, propriedade intelectual, barreiras não tarifárias, roubo cibernético e acesso a mercados. Ainda assim, economistas ressaltam que o saldo é positivo para Trump, que tem conseguido avanços com sua "diplomacia do porrete", ao aumentar a tensão entre as partes para forçar negociações, como fez com o novo Nafta e com a Coreia do Norte.

— Para a economia global foi uma boa notícia, tira do cenário a preocupação com o aprofundamento do conflito. A guerra comercial com a China é como uma luta de boxe: ganha quem suportar mais os golpes do adversário — afirma o economista Otaviano Canuto, acrescentando que, para o Brasil, a continuidade do conflito seria um quadro mais negativo.

— Não ter acordo causaria problemas macroeconômicos, com impacto no juro dos EUA e desaceleração chinesa, o que não interessa ao Brasil.

Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central e diretor do Centro de Economia Mundial da FGV, avalia que o saldo é positivo: — Para o Brasil, é mais importante saber que não vai haver escalada protecionista. Se continuasse, o cenário que todos temiam era de contração do comércio mundial.

Nos mercados, Luiz Eduardo Portella, sócio-gestor da Novus Capital, espera alívio no câmbio e na Bolsa: — Esse tema estava afetando não só o Brasil, mas todos os emergentes. Por mais que a trégua seja por 90 dias, eles assumiram compromisso de avançar nas pautas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/12/2018

Seção: Economia

Autor: Eliane Oliveira

Título: China deve dar novo fôlego ao mercado de etanol

Anúncio de mistura à gasolina pelo país asiático a partir de 2020 tem potencial para reabrir ciclo de investimentos em álcool. Nos últimos anos, combustível perdeu espaço no Brasil com pré-sal e mudança na política externa dos EUA

BRASÍLIA- Depois de quase uma década desde o último grande ciclo de investimentos no mundo, o etanol voltou a ganhar destaque na agenda mundial de fontes renováveis de energia e pode ganhar novo impulso. A demanda pelo combustível tende a crescer a partir de 2020, quando a China adicionará 10% de álcool à gasolina. O governo chinês quer reforçar sua luta contra a poluição e, ao mesmo tempo, escoar parte de seu gigantesco estoque de excedentes de milho para a produção do combustível.

Além disso, os Estados Unidos decidiram ampliar o uso do etanol na gasolina de 10% para 15%. Já o Canadá estuda criar um programa semelhante ao brasileiro Renova Bio, que estimula a matriz energética renovável.

A aproximação entre o Brasil e os EUA prometida pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, também favorece o etanol. Uma década atrás, o combustível era um dos principais pontos de interesse comum entre os dois países, praticamente os únicos produtores. Havia um projeto dividido pelas duas nações de transformar o álcool numa commodity, um produto com cotação internacional baseada em oferta e demanda, como acontece com os derivados de petróleo. Os dois países também firmaram convênios para ampliar o universo de fornecedores, financiando pesquisa e produção na África e no Caribe.

DEMANDA AMBIENTAL

Os planos, porém, não deram certo. As multinacionais reduziram o apetite pelas usinas de açúcar e álcool, e o ciclo de investimentos no Brasil, realizados no período de 2003 a 2010, de cerca de US\$ 15 bilhões, não se repetiu. Essa frustração foi causada pela descoberta de petróleo na camada pré-sal, pela revisão de prioridades na política externa americana e pelo congelamento de preços da gasolina no governo Dilma Rousseff, que fez o álcool combustível perder competitividade.

O etanol não virou uma mercadoria internacional porque só há dois grandes produtores, que também são os dois únicos grandes consumidores: Brasil e EUA. Mas isso pode mudar com a entrada de China e outros países nesse mercado.

Para o Itamaraty, ainda não está claro o impacto que o aumento da mistura de etanol na gasolina pela China e sua ainda crescente frota terá nas exportações brasileiras para aquele país. No campo da aliança diplomática, no entanto, efeitos positivos da decisão chinesa são esperados: a bioenergia está ganhando espaço nos fóruns internacionais, e o Brasil é um dos países mais citados.

Segundo a Agência Internacional de Energia, o Brasil é o país com matriz energética menos poluente do mundo e com a maior participação de renováveis entre os grandes consumidores globais. A previsão é que fontes renováveis saltem de 43% para 45% do consumo de energia do país até 2023, com destaque para as áreas de transporte e indústria.

— O fato de os países pensarem em aumentar a mistura nos combustíveis, como parte da agenda de redução de emissões de gases de efeito estufa, abre uma perspectiva em termos de demanda — diz a presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Elizabeth Farina, que ressalta a necessidade de o Brasil investir também em outros tipos de biocombustíveis. — Faz tempo que o setor não investe em expansão de capacidade. O etanol representa 80% da produção de biocombustíveis.

Elizabeth lembra que alguns países foram desestimulados a prosseguir com investimentos em biocombustíveis por causa da controvérsia internacional sobre o uso de soja, milho e cana-de-açúcar com essa finalidade, e não para alimentar a população. Há dez anos, alguns especialistas chegaram a afirmar que o Brasil e os Estados Unidos, ao aumentarem o cultivo de produtos para os biocombustíveis, estavam contribuindo para a inflação mundial do preço dos alimentos.

A celeuma foi superada, e um grupo de 20 países deve apresentar na Conferência da ONU para o Meio Ambiente, a COP-24, iniciada ontem na

Polônia, um documento em defesa da expansão dos investimentos em bioenergia, voltada para a produção de combustíveis.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/12/2018

Seção: Economia

Autor: Gabriel Martins

Título: Papéis de estatais têm boa perspectiva de ganho

Analistas projetam valorização de 20% a 50% no ano que vem, mas alertam para riscos, principalmente no caso de empresas públicas vulneráveis ao mercado externo. É importante diversificar carteira, afirmam especialistas

Com o fim das eleições e com a definição dos próximos presidentes de algumas das principais empresas públicas, como Petrobras e Banco do Brasil, as ações das estatais federais voltam aos holofotes, principalmente, para quem aposta em renda variável. Os papéis destas empresas, projetam analistas, têm potencial de valorização de 20% a 50% no próximo ano.

— O mercado espera que os novos presidentes das estatais foquem na gestão profissional e em resultados — avalia Pedro Paulo Silveira, economista-chefe da Nova Futura Investimentos.

Mesmo com as expectativas positivas, especialistas lembram que é importante diversificar a carteira de ações. O novo governo já deu sinais de que não pretende privatizar estas três estatais, embora possa se desfazer de ativos que não são o principal negócio das companhias, como as distribuidoras da Eletrobras .

As estatais contam com o risco de flutuação no preço de commodities num momento de turbulência no cenário externo. A Petrobras, por exemplo, fica exposta a oscilações do preço do petróleo no mercado internacional.

— A Petrobras já perdeu muito com os últimos escândalos, avalio que todos estes aspectos negativos já foram precificados pelo mercado e, para o próximo ano, a tendência é de valorização das ações — pontua Rodrigo Galindo, sócio-gestor da Novus Capital. — Mas não podemos esquecer que a Petrobras comercializa commodity, então qualquer alteração no preço do barril do petróleo impacta nas ações.

CENÁRIO MAIS POSITIVO

Galindo projeta que as ações da petroleira devem atingir o patamar de R\$ 37 em 2019. Isto significa um aumento de 43% frente à cotação mais recente, R\$ 25,38. Quem também aposta em uma valorização de 40% nos papéis da Petrobras é Leonardo Rufino, gestor de ações da Pacifico Gestão de Recursos:

— A Petrobras vem em um processo de saneamento das finanças. A nova gestão dá indícios de que continuará gerindo a empresa de maneira eficiente, investindo onde realmente se tem retorno. Isso contribui para um cenário mais positivo para a petroleira.

No caso da Eletrobras, a avaliação é cautelosa. Se, por um lado, ela oferece maiores possibilidades de ganhos, por outro a situação da empresa é mais delicada, tanto em relação à saúde financeira quanto no que diz respeito às privatizações de distribuidoras. No terceiro trimestre, a Eletrobras teve prejuízo de R\$ 1,6 bilhão, sendo R\$ 998 milhões resultado das distribuidoras sob a administração da estatal.

— As ações da Eletrobras são mais arriscadas. Entretanto, são as que oferecem a maior possibilidade de ganho — indica Rufino, que projeta ganhos de 50% em 2019 para os papéis da estatal, saindo dos atuais R\$ 25,73 para um patamar em torno de R\$ 39.

Outra estatal que aparece bem cotada é o Banco do Brasil (BB). Para os analistas, as ações do banco têm chances de acumular ganhos entre 30% e 40% em um ano, com o preço dos papéis aumentando dos atuais R\$ 45,76 para algo em torno de R\$ 60 a R\$ 65.

As ações do banco são consideradas menos arriscadas, uma vez que sua operação não é atrelada às commodities.

— As ações do BB têm perspectiva de crescimento um pouco menor do que as da Petrobras, porque o banco não tem tantos riscos quanto a petroleira — explica Rufino.

— É bom o investidor ter ações mais e menos arriscadas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/12/2018

Seção: Colunas

Autor:

Título: Veja os erros e acertos de Temer em Buenos Aires

Agência Lupa

São Paulo- Pela primeira vez, a cúpula do G20 ocorreu na América do Sul. Líderes mundiais estiveram em Buenos Aires na sexta (30) e no sábado (1º). A Lupa checkou algumas frases ditas pelo presidente Michel Temer no encontro.

"O banco [Novo Banco de Desenvolvimento] já se mostrou rentável, tendo multiplicado os mais de US\$ 4 bilhões que nele [nós, os BRICS,] investimos"

falso

Em 2014, cada um dos países que compõem o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) se comprometeu a fazer um investimento inicial de US\$ 2 bilhões no Novo Banco de Desenvolvimento.

O investimento inicial total acordado foi, portanto, de US\$ 10 bilhões. Mas, segundo o próprio governo brasileiro, esse valor é repassado à entidade em aportes e, até agora, o total investido pelos países-membros soma US\$ 4,473 bilhões, cifra próxima à citada por Temer em Buenos Aires.

Ao afirmar que o banco já se mostrou rentável, como fez na Argentina, o presidente deveria observar a posição financeira atual e pública da instituição. Em setembro de 2018, documentos oficiais mostravam que o banco tinha US\$ 10,354 bilhões. Neste total, já estão computados como parte do patrimônio os US\$ 10 bilhões que ainda não foram integralmente repassados. Nas contas do próprio banco, a rentabilidade, desde sua criação, seria de 3,54%. Não teria "multiplicado" como disse Temer.

"No nosso governo [Temer] (...) o desmatamento da Amazônia foi reduzido em 12%"

exagerado

Em 2016, quando Temer assumiu a Presidência, o Prodes, projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com informações do desmatamento na Amazônia Legal, indicava que a área desmatada era de 7.893 km². Em 2018, essa área é de 7.900 km². Ou seja: não houve redução. Os relatórios do Prodes são anuais e mostraram diminuição de 12% no desmatamento no período entre 2016 e 2017.

Mas o último levantamento, divulgado em 23 de novembro, revelou uma retomada no aumento da área desmatada no último ano de Temer. Esse relatório não considera o estado do Amapá. Assim, segundo o Prodes, a área desmatada pode ter crescido ainda mais no último ano. O boletim mais recente do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, de agosto de 2018,

indica um aumento de 199% na área desmatada na Amazônia Legal. Eram 182 km2 desmatados em agosto de 2017 e 545 km2 neste ano. Procurada, a Presidência não se manifestou.

"A proporção de fontes renováveis na matriz energética brasileira já supera os 40%, frente a uma média mundial que não passa de 14%"

verdadeiro

De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética, subordinada ao **Ministério de Minas e energia**, a matriz energética brasileira é composta por 43,5% de fontes renováveis. De fato, no mundo, apenas 14,1% do consumo de energia é proveniente de fontes renováveis. Chico Marés, Clara Becker e Natália Leal

verdadeiro

A informação está comprovadamente correta.

exagerado

A informação está no caminho correto, mas houve exagero, falso A informação está comprovadamente incorreta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/12/2018

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Diferente do...

Coluna do Broadcastagro

Técnicos do **Ministério das Minas e Energia** identificaram falhas na resolução da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis (ANP) que regulamenta a certificação da produção eficiente de biocombustíveis, publicada semana passada.

» **..original.** O artigo 29, por exemplo, prevê aplicação de bônus de até 20% sobre a nota de eficiência energético-ambiental utilizada no cálculo dos Créditos de Descarbonização (CBIOS) “quando houver comprovação de emissão negativa de gases causadores do efeito estufa no ciclo de vida do biocombustível em relação ao seu substituto de origem fóssil”. O texto original, enviado há seis meses à ANP, não previa essa comparação com os combustíveis fósseis, que

emitem e não reduzem as emissões, como os biocombustíveis. COLABOROU
TÂNIA RABELLO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/12/2018

Seção: Política

Autor:

Título: Pautas precisam passar por consulta popular em MG e RS

Ao menos em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, os novos governadores não terão de obter a aprovação apenas dos deputados para privatizar parte das estatais, mas também da população. Nos dois Estados, a legislação local exige amplo apoio parlamentar e também consulta pública a projetos dessa natureza, o que pode dificultá-los. **A eventual venda da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)**, por exemplo, exigiria de Romeu Zema (Novo) grande esforço político para obter apoio de três quintos dos deputados (47 votos) e depois avalizar essa liberação por meio de referendo. O negócio valeria R\$ 15 bilhões. Defendida pelo governador eleito, Eduardo Leite (PSDB), a privatização do controle de estatais gaúchas de energia, gás e mineração também dependerá de referendo ou da eliminação dessa exigência, como pretende o tucano.

“O Estado precisa concentrar esforços em atividades que são suas responsabilidades inerentes, como saúde, segurança e educação”, disse o deputado Lucas Redecker (PSDB-RS). No Rio Grande do Sul, em especial, as privatizações são vistas como forma de recuperar o caixa estadual. O mesmo vale para o Rio, mas o governador eleito, Wilson Witzel (PSC), só planeja privatizar a Rodovia Amaral Peixoto (sentido Cabo Frio) e repensar o modelo de desestatização para a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). Em viagem aos Estados Unidos, semana passada, o governador eleito do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), declarou a investidores que poderia vender ativos da Copel Telecom (banda larga), mas ainda não deixou claro o que pretende fazer com a Sanepar (água e saneamento) **Copel (energia) e Compagas (gás)**. / A.F., LEONARDO AGUSTO, LUCIANO NAGEL e JULIO CESAR LIMA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/12/2018

Seção: Metrópole

Autor:

Título: COP-24 quer regular Acordo de Paris

Na abertura, presidente da conferência do clima pede união para articular ação global

Com a missão de criar um plano de ação para implementar o Acordo de Paris, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP-24, foi aberta ontem em Katowice, na Polônia. O encontro, que seguirá até o dia 14, reúne cerca de 30 mil delegados de 197 países. “Não devemos esquecer as razões pelas quais estamos aqui. Estamos aqui para articular a ação global contra mudanças climáticas. Nenhum governo sozinho pode resolver esse problema. É hora de dar vida ao Acordo de Paris”, declarou o polonês Michal Kurtyka, presidente da COP-24, na abertura. Assinado em 2015, o Acordo de Paris tem o objetivo de conter as emissões de gases de efeito estufa e manter o aumento da temperatura do planeta abaixo de 2°C, se possível em até 1,5°C. No centro da COP deste ano está o financiamento das ações necessárias, considerando a meta de doação de pelo menos US\$ 100 bilhões (cerca de R\$ 386 bilhões) por ano de países desenvolvidos para as nações de menor renda.

Entre as ações que devem ser promovidas está a proteção de ecossistemas que absorvem gases causadores do efeito estufa, como as florestas, além do fortalecimento de iniciativas de adaptação e de redução da vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas. A organização da COP-24 também espera estimular que os países criem planos para iniciar o cumprimento das metas a partir de 2020, data estabelecida pelo Acordo de Paris. A expectativa é de que os países acordem como serão feitos os registros e como os governos reportarão suas emissões de gases de efeito estufa. Neste ano, a delegação brasileira, representada por integrantes do Itamaraty, do Ministério do Meio Ambiente, da academia e da sociedade civil, está menor e, para especialistas, deverá ter uma atuação diferente da dos anos anteriores, em razão das posições do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e da desistência do futuro governo de sediar, em 2019, a COP-25.

“A delegação brasileira vai estar profundamente constrangida e inibida com a situação. E o Brasil, que sempre foi vanguarda nos processos negociadores, sempre teve um grande papel de articulação dos outros países, possivelmente será o mais discreto possível”, afirma o coordenador executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Alfredo Sirkis. Para ele, a COP deste ano terá importância política. Sirkis afirma que terão peso durante as discussões o anúncio do presidente americano, Donald Trump, de que os Estados Unidos sairão do Acordo de Paris, além de aceno semelhante feito por Bolsonaro. Também deve influenciar o clima político a recém realizada reunião do G-20 em Buenos Aires. Nela, o presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou que os acordos comerciais do seu país estão condicionados ao compromisso dos governos da América Latina em relação ao Acordo de Paris.

Na ocasião, os presidentes dos países latino-americanos, entre eles Michel Temer, reforçaram a adesão ao Acordo de Paris. De acordo com o secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Thiago Mendes, o Brasil apresentará 42 projetos de empresas e da sociedade civil que promovem baixas emissões de CO₂. “Isso é muito inovador. Não vimos nenhum país trabalhando nessa linha, com número de casos tão vasto e tão diverso.” Mendes também afirmou que serão apresentados “dados sólidos” da redução do desmatamento no País dos últimos dez anos. “Mesmo tendo variações, caímos de mais de 20 mil m² (desmatados) para 7,9 mil m² por ano.” No fim de novembro, o governo divulgou aumento de 13,7% no desmate entre agosto de 2017 e julho de 2018, em comparação ao ciclo anterior.

Cidade-sede. Tradicionalmente associada à exploração de carvão e à indústria pesada, a pequena Katowice, com 300 mil habitantes, foi a escolhida para sediar a COP-24. A mineração de carvão, principal base energética da Polônia, foi revitalizada no município, que se tornou referência por adotar novas tecnologias, modernizar o setor de negócios e atrair investimentos sustentáveis. Mesmo assim, a organização da COP-24 espera forte presença do lobby dos combustíveis. / COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS E AGÊNCIA BRASIL

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/12/2018

Seção: Opinião

Autor:

Título: Preservar os direitos

As exigências da Fundação Renova — entidade criada para lidar com os efeitos da maior tragédia socioambiental da história do país, o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana — não podem prejudicar, ainda mais, as prefeituras e as pessoas atingidas pelo desastre que deixou um saldo de 19 mortos, devastação nunca vista em Minas Gerais e Espírito Santo, e bilhões de reais em prejuízo. A fundação está sendo acusada, pelos municípios e vítimas, de condicionar o pagamento de indenizações já acertadas à retirada de ações judiciais de reparação por danos morais e materiais em curso na Justiça da Inglaterra e País de Gales, no valor estimado de 5 bilhões de libras, o que corresponde a cerca de R\$ 26 bilhões.

Os atingidos pelo tsunami de lama que chegou até o Oceano Atlântico acusam a Renova, mantida pelas mineradoras responsáveis pelo desastre, de fazer todo tipo de pressão para que desistam dos processos judiciais no exterior, onde certamente levarão bem menos tempo para serem concluídos e as

indenizações, pagas. Se as vítimas concordarem em suspender as ações no Reino Unido, a fundação libera R\$ 53 milhões referentes a gastos extraordinários para as prefeituras atingidas. Esse recurso estava previsto no Termo Transacionado de Ajustamento de Condutas (TTAC) assinado pelas mineradoras, pela União, pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, assim como seus órgãos de meio ambiente e fiscalização.

No exterior, os atingidos têm certeza de que serão ressarcidos financeiramente e que as possibilidades protelatórias na Justiça brasileira certamente irão arrastar, aqui, as ações por anos. Desde setembro, o escritório anglo-americano SPG Law busca indenizar 240 mil vítimas do mar de lama, 21 prefeituras e cerca de mil pontos de comércio e instituições. Mas a própria presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Suely Araújo, declarou que a Renova não abre mão de as prefeituras e atingidos desistirem das ações no Reino Unido para receberem, em curto espaço de tempo, os R\$ 53 milhões.

Diante do impasse, muitas prefeituras, em sérias dificuldades financeiras, não terão como quitar seus compromissos com os servidores e fornecedores. Até hoje, o impacto negativo do desastre se faz presente na economia das cidades onde os rejeitos de minério de ferro chegaram, após o rompimento, há pouco mais de três anos. O comércio e as mineradoras em Mariana não se recuperaram ainda, a pesca ao longo e na foz do Rio Doce praticamente desapareceu e a agropecuária também sofre com a poluição ambiental.

Na avaliação do prefeito de Mariana, Duarte Júnior, que é presidente do fórum de prefeituras atingidas, está havendo interferência da BH Billiton, uma das mantenedoras da Renova e sócia na exploração de minério onde houve o rompimento, para que a fundação não repasse a verba já acertada, caso os processos no exterior não sejam suspensos. As autoridades não podem aceitar tal punição às milhares de vítimas da tragédia socioambiental e devem exigir o cumprimento dos acordos. Os direitos dos que sofrem até hoje com o desastre têm de ser preservados em sua totalidade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão | De Brasília

Título: Despesa no ano com subsídio para BNDES e PSI é de R\$ 6,6 bi

De janeiro a outubro deste ano, as despesas do governo com os subsídios nos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) somaram R\$ 6,653 bilhões, segundo o 5º boletim bimestral sobre subvenções divulgado na sexta-feira pelo Tesouro Nacional. Em todo o ano de 2017, os subsídios somaram R\$ 23,546 bilhões. Os valores estão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro.

Apesar de a despesa estar caindo, em 10 anos ela já custou aos cofres públicos R\$ 251,346 bilhões, dos quais R\$ 179,380 bilhões se referem a subsídios concedidos em empréstimos do BNDES e R\$ 71,965 bilhões a subsídios financeiros, como os do PSI. Mas esse gasto ainda deve se expandir ao longo do tempo.

Até 2060, o governo ainda deve desembolsar quase R\$ 90 bilhões, sendo R\$ 80,9 bilhões para custear subsídios creditícios e o restante os subsídios financeiros, conforme valores trazidos a valor presente pelo Tesouro Nacional.

"Os subsídios financeiros projetados alcançam R\$ 9,2 bilhões e os subsídios creditícios alcançam R\$ 80,9 bilhões, a valor presente. Quanto aos subsídios financeiros, que decorrem unicamente do PSI, os financiamentos no âmbito deste programa já finalizaram e estão sendo amortizados ao longo do tempo, de modo que as subvenções são calculadas sobre saldo devedor que vem gradativamente se reduzindo", informa o Tesouro.

Apesar desses gastos com subsídios serem considerados elevados pela equipe econômica, os desembolsos caíram relação em relação ao estimado no mesmo período de 2017. "Ao se comparar o valor dos subsídios financeiros e creditícios realizados até o 5º Bimestre de 2018 com os do mesmo período de 2017 (disponível no Boletim do 5º Bimestre de 2017), observa-se redução significativa."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2018

Seção: Brasil

**Autor: Arícia Martins, Marta Watanabe, Bruno Villas Bôas e Alessandra Saraiva
| De São Paulo e do Rio**

Título: Plataformas de petróleo puxam investimento no 3º trimestre, mas efeito é apenas contábil

A expansão de 6,6% da formação bruta de capital fixo (FBCF) entre o segundo e o terceiro trimestres, feito o ajuste sazonal, está longe de apontar uma

dinâmica pujante dos investimentos produtivos. Segundo economistas, a alta teria sido bem mais modesta excluindo o efeito contábil das plataformas de petróleo, resultado da mudança da legislação do Repetro. Este foi o melhor desempenho na comparação com ajuste desde o último trimestre de 2009, quando o investimento cresceu 7,1%. A FBCF é a medida do que se investe em máquinas e equipamentos, construção civil e inovação.

O resultado divulgado na última sexta pelo IBGE com o PIB - que cresceu 0,8% de julho a setembro em relação aos três meses anteriores - foi inflado por importações de bens de capital que, na verdade, já estavam no país. O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) já havia alertado em outubro para o impulso que as alterações no Repetro, regime que dá tratamento tributário especial a bens do setor de óleo e gás, deveria dar à formação bruta no terceiro trimestre.

Pelas regras anteriores do regime fiscal, máquinas e equipamentos do segmento fabricados no Brasil, para serem desonerados, não podiam ser incorporados ao estoque de capital do país. Por isso, eram exportados, mas permaneciam em território nacional, e depois importados como "admissão temporária".

Assim, essas importações não eram registradas pela balança comercial. A partir de janeiro deste ano, porém, passou a valer o Repetro Sped, que permite que esses bens fiquem isentos de tributos federais, tenham sido eles comprados no mercado interno ou importados de forma definitiva. A mudança levou à internalização, pela Petrobras, de plataformas que já estavam operando em território nacional.

Em relação ao terceiro trimestre de 2017, a FBCF subiu 7,8%. Segundo Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, a alta teria sido de 2,7% sem as alterações do Repetro. Ainda em seus cálculos, a taxa de investimento, que representa a relação entre a formação bruta e o PIB, teria sido de 16,1% nos três meses encerrados em setembro, e não de 16,9%, excluindo as plataformas.

Embora tenha elevado o investimento, o efeito líquido do Repetro sobre resultado total do PIB foi nulo, destacou o órgão. Isso porque o salto na absorção doméstica de bens de capital foi compensado por aumento de igual magnitude das importações, que têm impacto negativo no crescimento.

Segundo o Indicador de Comércio Exterior (Icomex) do Ibre, as compras externas de bens de capital aumentaram 117,6% de julho a setembro, ante igual período do ano passado. Excluindo as plataformas desse cálculo, o avanço foi bem menor, de 9,7%. Considerando estes dados, a pesquisadora Luana Miranda calcula que, sem a internalização de plataformas, o investimento teria avançado 2,7% entre o segundo e o terceiro trimestre.

Essa variação é fraca, afirma Luana, lembrando que, durante o período recessivo, a FBCF acumulou tombo de 32%. Além da incerteza eleitoral, a greve dos caminhoneiros abalou a confiança de empresários, diz ela. O ano também foi conturbado no cenário internacional, com aumento da tensão comercial entre China e EUA e crise na Argentina, principal comprador de manufaturados brasileiros. Nesse ambiente, há pouco incentivo para que as empresas ampliem sua capacidade produtiva, diz.

Sem as plataformas, o crescimento da FBCF cai para 1% no terceiro trimestre contra o anterior, segundo o economista Artur Passos, do Itaú Unibanco. Retiradas as distorções, o desempenho da FBCF condiz com o PIB como um todo, avalia. "Os investimentos estão avançando, mas com crescimento baixo, dada a magnitude da queda de períodos anteriores", diz Passos.

Maurício Orenge, economista-chefe do Rabobank, avalia que a mudança da política econômica desde 2016 já surtiu algum efeito positivo sobre os investimentos, mas que o ritmo do terceiro trimestre não é real. "O investimento está se estabilizando, mas essa expansão, se anualizada, corresponde a uma alta de 29%, e o investimento não está nem perto disso", diz. Para o Rabobank, a formação bruta terá alta de 2,5% a 3% este ano.

Luana, do Ibre/FGV, estima que a FBCF vai subir 5,1% em 2018 com as plataformas, alta que seria de 3,3% sem elas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Almirante deve abrir setor elétrico e conter subsídios

O futuro ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, deverá receber da equipe de transição um conjunto de propostas para dar mais abertura ao setor elétrico e conter o aumento explosivo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Um dos principais temas em análise pelo grupo que estuda o assunto no Centro Cultural Banco Brasil (CCBB) é reduzir ou simplesmente acabar com os incentivos dados para novas usinas eólicas, solares, de biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.

Outro ponto em discussão, no time de especialistas do futuro governo, é permitir que residências ou estabelecimentos comerciais com painéis

fotovoltaicos possam também vender a energia produzida. Hoje os donos de placas solares podem usar a geração distribuída para obter desconto em suas próprias contas.

A quantidade de kilowatts gerados é abatida do total consumido das distribuidoras no fim do mês. Quando o consumidor produz mais do que gasta, entretanto, ele não é remunerado em dinheiro. A ideia, agora, é liberar a venda pelos microgeradores.

O orçamento preliminar da CDE, uma espécie de "superfundo" que congrega todos os subsídios do setor elétrico, chega a R\$ 20,2 bilhões para 2019. Esses gastos são integralmente repassados às tarifas e tornaram-se um dos grandes vilões das contas de luz nos últimos anos, que têm aumentado bem acima da inflação.

Os recursos dentro da CDE para dar mais competitividade às chamadas "fontes renováveis" deram um salto no passado recente. Eram R\$ 700 milhões em incentivos em 2013 e devem atingir algo em torno de R\$ 3,3 bilhões neste ano. Usinas eólicas, solares, de biomassa e PCHs enquadram-se nessa classificação.

Os consumidores do mercado que comprem energia de uma das quatro fontes (normalmente grandes indústrias ou shopping centers) têm desconto de 50% na tarifa-fio, ou seja, no uso das redes de transmissão e de distribuição. Na prática, esse subsídio recai sobre os demais consumidores do mercado regulado, que pagam em suas contas de luz.

A ideia central da equipe de transição é que tais incentivos, antes considerados necessários para estimular fontes incipientes, não têm mais razão de ser no caso da eólica (hoje tão competitiva por pernas próprias como as hidrelétricas) e estão perdendo sentido no caso da solar (com custos também em rota descendente). Para haver qualquer mudança, seria preciso alterar a lei.

Manter os subsídios para usinas já contratadas, garantindo segurança jurídica para os investidores, é ponto consensual na equipe de transição. Daqui para frente, acabar com os incentivos é tido como medida essencial para conter a explosão da CDE. Uma sugestão na mesma linha já havia sido feita publicamente pelo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, ao assumir o cargo.

A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, vê com tranquilidade essa discussão. Ela acha essencial que um corte dos incentivos para novos projetos, se levado adiante, seja feito de forma horizontal, e não excluindo uma ou outra fonte. "Se tirar de um e mantiver para outro, há um desvio potencial dos investimentos", argumenta a executiva.

Desde 2013, lembra Elbia, o governo tem feito leilões de geração com preços-teto diferentes por fonte de energia. O raciocínio dela é que eventuais estímulos podem ser calibrados na tarifa máxima definida para cada tipo de usina. Não há necessidade de subsídios na CDE. Se houver a intenção de estimular alguma fonte, bastaria definir uma tarifa mais alta. Quem for mais eficiente fica livre para baixar o preço no leilão. Hoje existem 14,3 mil megawatts de eólicas operando.

O presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauaia, defende que o governo, antes de tirar qualquer incentivo, deveria abrir todas as informações sobre encargos embutidos na tarifa. Isso mostraria que o consumidor arca com incentivos às fontes nuclear e térmicas a diesel e a carvão, além de bancar políticas de outros setores - descontos para agricultores, produtores rurais que usam sistemas de irrigação e consumidores de baixa renda.

Sobre a sinalização de corte nos incentivos às renováveis, o presidente da Absolar argumenta que o segmento ainda não está em "pé de igualdade" com as demais fontes. Ele destaca que a geração solar responde por 1,4 mil MW de capacidade instalada, ou 0,8% da matriz brasileira, enquanto a biomassa representa 9%, a eólica, 8%, e as PCHs, 3,2%.

"Essas fontes estão consolidadas, já contaram com bilhões de reais em incentivos e já realizaram seus leilões dez anos antes dos primeiros da fonte solar, em 2014. Não se pode agora querer tratar todas com a mesma medida. Existem fontes que nem começaram direito no Brasil, como no caso do biogás", disse Sauaia.

O debate sobre o pagamento ao consumidor pelo excedente de energia dos sistemas de geração distribuída tem sido acompanhado com atenção pelas distribuidoras. O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, entende que o pagamento ao consumidor faz parte da evolução do mercado. "A venda de excedentes pelos consumidores não causa preocupação para as distribuidoras, desde que paguem pelo uso da rede."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2018

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé | De Brasília

Título: Silva e Luna diz que militares vão "surpreender positivamente"

O ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna, afirma que os brasileiros vão se surpreender positivamente com o desempenho dos militares no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro. "Um general caminha na lama e no tapete vermelho com a mesma naturalidade, e sem nenhum deslumbramento, isso facilita", aposta o ministro, que é general de exército da reserva, tendo alcançado o topo da carreira.

De perfil discreto, ele é o primeiro militar a chefiar a pasta da Defesa desde a sua criação, em 1999. Terá completado um mandato de dez meses, quando deixar o ministério em dezembro. Neste período, ajudou a desatar um dos maiores nós da infraestrutura: selou um acordo com os índios Waimiri-Atroari para o pontapé inicial das obras da linha de transmissão de energia Manaus-Boa Vista, que finalmente conectará o Estado de Roraima ao sistema interligado nacional.

A obra, que deveria ter sido concluída em 2015, agora tem dia para começar: 19 de abril do ano que vem. A data é simbólica: é Dia do Índio e Dia do Exército.

Tendo demonstrado surpreendente habilidade política, seja no trato com os índios, seja com os caminhoneiros - quando em junho destacou tropas do Exército para escoltarem aqueles que desejavam voltar ao trabalho -, o ministro pondera que a expressiva participação de militares no primeiro escalão do futuro governo "não significa absolutamente nada", porque não estão na ativa. "Um militar da reserva é um cidadão como outro qualquer, que vota, paga imposto e tem direitos civis garantidos".

Até o momento, são seis os ministros de formação militar anunciados por Bolsonaro: os generais da reserva Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo) e Fernando Azevedo e Silva (Defesa), além de Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia, tenente-coronel da Aeronáutica até 2006), **Bento Leite de Albuquerque Junior (Minas e Energia, almirante)**, e o consultor legislativo Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), que serviu no Exército por 16 anos e deixou a Força em 2008, com a patente de capitão.

Silva e Luna salienta que um quadro militar alçado ao posto de general acumula tanta vivência em situações diversas que a experiência de vida o qualifica para o exercício de qualquer função - inclusive política. "Enquanto um deputado ou um senador pode vir de qualquer área e ser eleito, ninguém vira general no dia seguinte, tem que ter no mínimo 40 anos de serviço", argumenta. "Ganhar experiência lendo livro, estudando, é a mesma coisa que você querer matar a fome lendo um cardápio, não consegue, precisa de um pouco de chão de fábrica", completa.

Antes de se tornar ministro, Silva e Luna exerceu funções relevantes de gestão como secretário-geral do Ministério da Defesa e chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. Começou a carreira como cadete em 1969, passou por todos os postos, chefiou batalhão de engenharia na Amazônia, foi instrutor de tropas no Paraguai e adido militar em Israel.

Na reta final do mandato, ele admite que em várias situações foi preciso manter o autocontrole. "Esse cuidado [no exercício da função] pra mim foi uma servidão, perdi a liberdade de sair dizendo o que pensava, não podia agir com dureza em alguns assuntos", confidencia. "Saber dizer não sem criar aresta é complicado".

Leva no currículo o relevante acordo costurado com os Waimiri-Atroari, em junho, para o início das obras do linhão Manaus-Boa Vista, em que revelou diplomacia e traquejo político. O projeto já vive quase uma década de impasse em torno do licenciamento. Sem acesso ao sistema nacional, Roraima é abastecida por termelétricas e pela energia da hidrelétrica de Guri, na Venezuela. Mas o país vizinho ameaçou suspender o fornecimento do Estado por falta de pagamento da dívida do Brasil com a estatal venezuelana de energia.

A Justiça Federal suspendeu a licença ambiental em 2013, mas a decisão foi revogada pela instância superior em 2015. Contudo, os índios continuaram dificultando o trabalho dos técnicos. Em março deste ano, lideranças indígenas haviam autorizado a entrada de técnicos na aldeia para elaboração do relatório de impacto ambiental, mas o acordo não estava sendo cumprido pelos índios. Nesse cenário, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, pediu a Silva e Luna que reforçasse a mediação com os índios: ele havia estabelecido uma relação de confiança com os índios quando serviu como coronel naquela região na década de 90.

"Com os índios é igual casamento, não é só conquistar e casar, tem que manter o relacionamento", ensina. Quando comandava o batalhão de engenharia na Amazônia, o então coronel Silva e Luna visitava os índios semanalmente.

Em junho, quando retornou à aldeia para negociar a continuidade dos trabalhos do relatório de impacto ambiental e marcar data para o começo da obra, não foi o ministro que os índios receberam com festa, e sim o "coronel Silva e Luna". Foi recebido com "guarda de honra", teve festa, dança, canto e um farto almoço. Hoje os Waimiri são 3.014 índios - haviam sido reduzidos a pouco mais de 500 nos anos 1970, quando muitos morreram em meio à construção da BR-174 no governo militar.

Mas houve momentos de tensão durante a reunião: o ministro ouviu que não despertava mais confiança, porque "agora era governo". Os índios exigiram respeito: "Eu sou kinja [pronuncia-se kinrá na língua waimiri], sou gente, me trate como gente", teve que ouvir.

Até o momento, há anuência de que os antropólogos e ambientalistas concluam os trabalhos. A previsão é construir 243 torres na faixa de domínio da rodovia. Em contrapartida, os índios recebem uma indenização pelas obras na reserva e pela área de desmatamento.

Entre auxiliares de Michel Temer, a avaliação é de que ele não errou ao efetivar Silva e Luna no cargo - ele assumiu em fevereiro como interino - porque o general se revelou habilidoso e discreto. "Imagine se ele saísse dando declarações estapafúrdias ou tomando atitudes inesperadas, não daria para colocar outro militar no cargo", reflete uma fonte do governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2018

Seção: Opinião

Autor: Edvaldo Santana

Título: Os custos do monopólio constitucional do gás

As mudanças de governo costumam ser pontuadas por fortes expectativas quanto à composição dos ministérios, quando o foco deveria ser nos planos do governo entrante para equacionar os graves e duradouros problemas. Algumas dessas adversidades são bem conhecidas, como o desequilíbrio das contas públicas e a crise da previdência. Outras nem tanto, como os danosos efeitos do poder de monopólio no setor de gás natural. Mas são restrições que podem ser superadas por meio de mais e mais mercado, uma oportuna vocação do futuro governo.

A tarefa não é simples, admito. Seja lá qual for a solução, a mesma implicará razoáveis alterações no poder da Petrobras, uma organização construída por visionários, que em pouco tempo tornou-se uma respeitada produtora mundial de petróleo. Não é fácil modificar esse ativo tão valioso, a menos que haja uma razão de valor ainda maior. E há.

De uma análise a partir de dados atuais e públicos, verifica-se um cenário que indignaria qualquer órgão perspicaz de defesa da concorrência. Quase 95% da produção de gás natural pertencem a seis empresas, sendo que 70% estão com a Petrobras. A petroleira estatal tem o controle de toda a infraestrutura de

escoamento, tratamento da produção e regaseificação do gás natural liquefeito importado. A Petrobras é também detentora de toda a reserva de capacidade de transporte, é a única comercializadora e é acionista de 19 das 26 distribuidoras de gás que hoje operam no Brasil, em seis delas com 50% ou mais das ações.

É este excesso de concentração, combinado com um controverso e perigoso arranjo de integração vertical, que tem provocado aumentos absurdos das tarifas do gás, em algumas situações superiores a 30% apenas em um ano. Há casos em que o custo do gás chega a US\$ 12/MMBTU, quando na Argentina, Estados Unidos e Canadá não passa de US\$ 5/MMBTU, US\$ 4/MMBTU e US\$ 2/MMBTU, respectivamente. Uma configuração semelhante levou à greve dos caminhoneiros, que mostrou uma forma dolorosa de aprendizado. Apesar desse resultado, visível em termos de custos para os consumidores, não há restrições dos órgãos de defesa da concorrência.

O segmento de distribuição de gás canalizado é um caso à parte, de maior urgência. Ele contempla grandes distribuidoras, como em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas outras sequer poderiam ser tratadas como concessionárias. A CEB Gás, de Brasília, é um bom exemplo, e não é o único. Se alguém acessar à página dessa empresa na internet não identificará o que ela faz nem se possui ativos fixos. É uma concessão virtual. É uma "concessão" para administrar o suprimento, por dois ou três caminhões, de dois ou três postos de gás veicular localizados na capital federal.

Com tal licenciosidade, não há a menor chance do gás natural fazer parte de estratégias de crescimento da indústria

Mas essa distribuidora, a exemplo de outras semelhantes, tem um poder de monopólio inimaginável. Se alguma grande indústria quiser utilizar gás no Distrito Federal, e construir por sua conta e risco a infraestrutura de fornecimento, ainda assim pagará uma fortuna pela distribuição, dado o duvidoso e oneroso "monopólio constitucional" do gás canalizado.

Em outros casos, como na Bahia, os consumidores são submetidos a cláusulas padrões de penalidades por ultrapassagem, como se o uso do gás tivesse o mesmo perfil para todos os usos. Pagam mesmo que a rede não esteja sobre utilizada. E não há quem consiga descobrir o estado da rede, pois tudo é escondido, guardado em intransponíveis armaduras regulatórias. Na Bahia, os consumidores são ainda obrigados a fazer pagamentos quinzenais, uma exigência sem paralelo em qualquer outro tipo de concessão.

No Paraná, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Sul e Sergipe, além da Bahia, a margem de distribuição pode ser reajustada a qualquer tempo. A remuneração

do capital é de 20%, mais que o dobro do setor elétrico, mesmo sendo um negócio em que o risco é apenas de ganhar. Há até uma remuneração de 20% para despesas operacionais, em um tipo inadequado de regulação - quanto mais se gasta mais se ganha, sem ser necessário mostrar qualquer ordem de eficiência. O regulador de tudo isso é o governo estadual, que também é sócio, quando não o controlador, de distribuidoras locais, o que coloca do mesmo lado o agente e o principal. E não é dado aos consumidores o direito de conhecer pelo que estariam a pagar, dado que os contratos possuem cláusulas que são propositalmente sigilosas.

A falta de transparência, a propósito, é outro capítulo emblemático. Não se sabe até hoje se as refinarias e as termelétricas da Petrobras pagam pelo uso dos gasodutos de transporte. Como essas instalações precisam ser remuneradas, alguém estaria a subsidiar tal empresa. Por falar em transporte, existem três transportadoras. A Petrobras detém 100% de uma delas, 51% de outra e 10% da terceira. O notável é que, mesmo para as duas transportadoras das quais não é a única proprietária, a operação das redes é efetuada pela Petrobras. É uma verticalização das mais gravosas, que estimula o uso de subsídios cruzados e, de uma só vez, aumenta o mark-up do monopolista e retira os incentivos à eficiência.

Alguém poderia argumentar que o gás natural possui substitutos, o que é verdade. Porém, não é nem um pouco secundário o fato de que poder de mercado idêntico sucede com os produtos substitutos, o que elimina a flexibilidade da demanda. Com tamanha licenciosidade, não há a menor perspectiva para que o gás natural faça parte de estratégias de crescimento da indústria. Por isso, a própria Petrobras já reconhece que pautas importantes precisam avançar, o que é louvável.

Assim, as razões para o baixíssimo investimento na expansão da rede de gasodutos são puramente regulatórias, decorrentes de um só argumento duvidoso, repita-se, o do monopólio constitucional. São armadilhas que precisam ser corajosamente desarmadas, em lugar da busca de subterfúgios para pretensões como o Dutogas ou Brasduto, dois nomes para uma forma inexplicável de subsídio.

A reforma do setor de gás natural é fator-crítico para a retomada do crescimento e geração de empregos. Com as evasivas atuais, estamos condenados a conviver com cenários que sinalizam trajetórias equivocadas. O estímulo à competição, com a eliminação de reservas de mercados, é o único caminho para que a sociedade seja afastada de estratégias que procuram o bem para poucos, mas distribuem o mal para todos, como costuma dizer um conhecido executivo do setor elétrico.

Edvaldo Santana é doutor em engenharia de produção, professor titular (aposentado) da UFSC e presidente da Abrace

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2018

Seção: Opinião

Autor: Gustavo Loyola

Título: Os riscos de uma meia-privatização

Segundo o noticiário, ao escolher os futuros presidentes da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil (BB), o economista Paulo Guedes lhes teria recomendado "privatizar o que for possível" para enxugar essas instituições e torná-las mais competitivas, tudo em consonância com a ideia-força de reduzir o papel do Estado. Ainda de acordo com a imprensa, fiéis a essa orientação, os novos dirigentes estariam dispostos a se desfazer de áreas como cartões de crédito, gestão de recursos, previdência e seguros. No final desse processo, os bancos ficariam apenas com as áreas relacionadas de alguma forma a políticas públicas. Uma meia-privatização, enfim.

Ocorre que, ao despir o BB e CEF de áreas rentáveis e pouco demandantes de capital, o governo estaria levando tais instituições a regredirem à década dos anos 1960, tempo em que a intermediação financeira era muito menos complexa e diversificada do que no mundo atual. O setor público se manteria acionista majoritário do "osso", ao tempo em que venderia o "filé" para acionistas privados. Os bancos públicos virariam presa fácil para as fintechs e para bancos privados que operam sob forma de conglomerado financeiro. Tornar-se-iam, muito provavelmente, máquinas de fazer prejuízo para o Erário. Ocorreria o contrário do pretendido.

Por óbvio, parece de todo sensato que qualquer empresa, ainda mais quando controlada pelo Estado, se desfaça de atividades que não estão no foco principal de sua atividade e onde não têm vantagens competitivas. Desse modo, por exemplo, merece aplausos a intenção do novo presidente da Petrobras de se desfazer das atividades de distribuição de combustíveis que, como assinalado por ele, se trata, afinal de contas, apenas de uma "rede de lojas". Contudo, é diferente o caso da maioria dos negócios conduzidos pelos bancos ditos universais, sejam eles de controle estatal ou privado.

O mais correto seria a privatização por inteiro de pelo menos um dos grandes bancos públicos federais

Quando se mira a história do Sistema Financeiro Nacional (SFN), a partir das reformas trazidas pelas leis 4.380/64 (criação do BNH), 4.595/64 (criação do Banco Central), 4.728/65 (lei do mercado de capitais), o que se tem é uma trajetória gradual - mas inexorável - de formação de conglomerados financeiros, contrariando o espírito e a letra dessa legislação que pretendia estruturar o SFN com instituições especializadas e estanques entre si, numa espécie de versão brasileira do "Glass-Steagall Act" americano de 1933. Tal processo desaguou na permissão explícita pelo CMN, em meados da década dos 1980, para a criação dos bancos múltiplos ou universais, na forma que hoje conhecemos.

Assim, o BB e o CEF de hoje, como grandes bancos varejistas que são, espelham no leque de seus negócios a lógica do banco universal que prevaleceu no mercado bancário brasileiro, sendo a Caixa uma adesão mais tardia a esse modelo do que o Banco do Brasil. A diferença é que se mantiveram como grandes operadores do crédito direcionado, o BB no crédito rural e a CEF no imobiliário, além de administrarem recursos de esquemas de poupança compulsória como o FGTS ou fundos constitucionais (o FCO no BB).

Nesse contexto, a venda particionada das áreas rentáveis de negócios do BB e da CEF levariam à queda da rentabilidade dessas instituições, que continuariam carregando custos elevados da rede física de agências, cujo enxugamento encontraria limites pela própria intenção mantê-las como agentes de políticas públicas. Vale ressaltar que as necessidades de capital dos bancos tampouco se alterariam substantivamente, já que eles continuariam com a atividade de concessão de crédito que, pelas normas de Basiléia III, adotadas pelo Banco Central, são as mais exigentes em termos de capital regulatório.

O Tesouro Nacional permaneceria com responsabilidade de prover capital para os bancos públicos que provavelmente dariam retornos abaixo do custo de oportunidade para os recursos para o Erário.

Outro aspecto que deve ser salientado é que hoje em dia vivemos na era do "unbundling" no mercado financeiro, ou seja, os consumidores, em vez de adquirir serviços financeiros em uma só instituição, passaram a escolher ofertantes especializados de acordo com suas necessidades e preferências, a partir de soluções tecnológicas amigáveis, na grande maioria dos casos, acessíveis por meio de "smartphones" e outros dispositivos móveis. Essa tendência representa desafio competitivo importante para os bancos universais, incluindo, obviamente, a CEF e o BB. Numa situação como essa, a venda de negócios como emissão de cartões de crédito, gestão de recursos, seguros e previdência deixaria os bancos públicos com pouca capacidade para enfrentar esse novo ambiente competitivo.

Por tudo isso, caso haja decisão política de reduzir o papel do Estado no mercado financeiro, o mais correto seria a privatização por inteiro de pelo menos um dos grandes bancos públicos federais. Idealmente, esse movimento deveria ser precedido, dentre outras providências, por mudanças regulatórias para acabar com o direcionamento compulsório de crédito nas áreas habitacional e rural.

Gustavo Loyola é doutor em Economia pela EPGE/FGV, ex-presidente do BC e sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2018

Seção: Opinião

Autor: Riccardo Valentini

Título: Mudanças climáticas no cardápio

Quando pensamos em ganhar a briga contra a mudança climática, a maioria das pessoas se concentra na redução das emissões de gases-estufa por automóveis, caminhões e outras máquinas movidas a combustíveis fósseis. Mas, embora essas fontes de emissões certamente mereçam nossa atenção, outro culpado recebe uma parcela muito menor dela do que mereceria: nossos alimentos.

A sustentabilidade da agricultura e dos alimentos são peças importantes do quebra-cabeça da mudança climática, mas, no momento, dietas sustentáveis do ponto de vista climático não aparecem no cardápio. No mundo em desenvolvimento, cerca de 821 milhões de pessoas passam fome enquanto países ricos desperdiçam anualmente quantidade de alimentos suficiente para alimentar 750 milhões de pessoas.

É aí que entra a conexão entre comida e mudança climática: na medida em que as pessoas saem da pobreza - como ocorre com muitas -, passam a requerer mais carne e laticínios. Essa tendência tem implicações morais sobre a pegada ecológica da agricultura. Animais consomem mais alimentos do que produzem. As vacas liberam grandes volumes de metano, que aprisionam calor. E limpar terras para pastos libera uma taxa descomunal de dióxido de carbono. Se os setores de carne bovina e de laticínios fossem um país, seriam o terceiro maior país emissor de gases-estufa, atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

Felizmente, existe uma solução: a de comermos menos carne e mais frutas e verduras. Reduzir o consumo de carne vermelha para duas vezes por semana diminuiria em 75% a área mundial de terra dedicada à produção agropecuária - uma extensão equivalente, em tamanho, aos territórios dos EUA, da China, da

União Europeia (UE) e da Austrália somados. A medida, além disso, faria todo o sentido do ponto de vista nutricional. Atualmente, a pecuária ocupa cerca de 80% das terras cultiváveis do planeta, mas produz apenas 18% das nossas calorias. E, o que é pior, a criação animal representa uma ameaça ao nosso abastecimento de água; de acordo com o Instituto Internacional da Água de Estocolmo, o mundo poderá esgotar suas fontes de água doce até 2050, se as pessoas não reduzirem seu consumo de produtos animais para apenas 5% de suas necessidades calóricas diárias.

Os países ricos desperdiçam por ano quantidade de alimentos suficiente para alimentar 750 milhões de pessoas. A sustentabilidade da agricultura e dos alimentos são peças importantes do quebra-cabeça da mudança climática

Alguma coisa tem de mudar, e rápido; as celebridades certamente entendem isso. O guru do clima e ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, que provém de uma família de criadores de gado, é atualmente vegano, juntamente com seu ex-chefe, o presidente dos EUA Bill Clinton. As estrelas do tênis Serena e Venus Williams, a cantora de música popular Beyoncé e muitos outros também estão reduzindo seu consumo de carne. Por seu lado, as escolas do mundo inteiro estão adotando "Segundas-Feiras sem Carne" para ensinar os alunos sobre sustentabilidade. Até mesmo a rede McDonald's começou a oferecer hambúrgueres McVegan na Escandinávia, arrancando aparentemente reações entusiasmadas dos críticos de gastronomia.

Recente estudo publicado pela Economist Intelligence Unit e pela Fundação Centro Barrilla de Alimentos e Nutrição (BCFN, nas iniciais em inglês) detectou que as políticas oficiais com relação à comida sustentável e ao desperdício de alimentos também estão mudando. Em 2016, por exemplo, a França se tornou o primeiro país do mundo a proibir o desperdício de alimentos pelos supermercados. A Itália adotou lei semelhante. Moradores de apartamentos na Dinamarca, onde o premiê Lars Lokke Rasmussen pôs o desperdício de alimentos na agenda política, jogam fora 25% menos comida do que cinco anos atrás.

O projeto SU-Eatable Life, uma iniciativa de três anos da Comissão Europeia que estou encabeçando em parceria com a BCFN, pretende demonstrar que as mudanças da dieta podem ter um efeito ecológico significativo. Dados mostram que, ao ingerir menos carne e desperdiçar menos alimentos, os consumidores europeus poderão reduzir o consumo de água em 2 milhões de metros cúbicos, além de baixar as emissões de CO₂ em cerca de 5.300 toneladas anuais.

O que cada um de nós pode fazer, então, para apoiar esses esforços? Para começar, deveríamos consumir mais verduras e grãos, o que será bom para a saúde do planeta e para a nossa própria. Um estudo de 2017 realizado na

França concluiu que os vegetarianos são, muitas vezes, mais saudáveis que os consumidores de carne porque têm uma dieta mais variada e consomem menos calorias.

Deveríamos nos alimentar de acordo com a Dupla Pirâmide Alimentar-Ambiental da BCFN, que recomenda alimentos que são ricos em valor nutricional e menos prejudiciais ao meio ambiente; as proteínas vegetais são as melhores. Aliás, em um mundo dominado por veganos, as emissões de gases-estufa pela agricultura seriam 70% mais baixas do que atualmente. Isso seria, efetivamente, muito bem-vindo. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Riccardo Valentini, professor de ecologia florestal da Universidade de Tuscia, ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 2007 como membro do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática. Copyright: Project Syndicate, 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Matthew Rocco | Financial Times

Título: Petróleo tem o pior mês desde outubro de 2008

Para aqueles que apostavam na alta do petróleo, novembro foi um mês para ser esquecido. O Brent e o West Texas Intermediate (WTI) fecharam na sexta-feira como o pior mês em mais de uma década, depois que os temores persistentes com o excesso de oferta e as previsões pessimistas para a demanda mundial derrubaram os preços, que vinham dos patamares mais altos em quatro anos, para um "bear market" (uma fase de baixa do mercado) em novembro.

O petróleo do tipo Brent caiu 21,21% no mês, após mais uma queda de 0,75% na sexta-feira. O barril para fevereiro fechou a US\$ 59,46. O WTI caiu 1,01% no dia, cotado a US\$ 50,93, e acumulou em novembro uma perda de 22,02%. Em outubro de 2008, o Brent caiu 33,46% e o WTI, 32,62%

A impressionante mudança aumentou as expectativas antes da reunião da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep), nesta semana, de que a Arábia Saudita vai liderar um esforço para cortar a produção. Mas as incertezas quanto a possível acordo com a Rússia, que participou do pacto em 2016 para reduzir a oferta, vêm segurando os preços do petróleo. O recuo da commodity na sexta ocorreu em meio a informações de que o ministro da Energia da Rússia disse que seu país vai manter os atuais níveis de produção pelo menos até o fim

do ano. Mais tarde, o conselho econômico da Opep recomendou uma queda de produção de 1,3 milhão de barris/dia.

Contribuindo para as incertezas sobre os planos da Opep, há o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que conclamou a Arábia Saudita e outros membros do cartel a evitar cortes. As palavras de Trump em apoio à família real saudita na questão do assassinato do jornalista Jamal Khashoggi, levaram a especulações de que campanha de pressão poderá influenciar os planos de Riad para o petróleo.

Tudo isso acontece no momento em que os produtores de xisto dos EUA mantêm a produção numa velocidade recorde. A Agência de Informação de Energia dos EUA elevou as estimativas, afirmando que a produção deverá superar os 12 milhões de barris/dia até a metade de 2019. Em setembro, ela cresceu 1,1% para 11,48 milhões de barris/dia. Os estoques de petróleo crescem há dez semanas seguidas (14% no período), na maior sequência de expansão desde 2015.

Com novembro chegando ao fim, observadores do setor preparam-se para mais volatilidade conforme o mercado pondera as possíveis ações da Opep com a saudável produção dos EUA e uma desaceleração da economia mundial que poderá minar a demanda.

Analistas do JP Morgan estão prevendo uma "recuperação moderada" dos preços do petróleo no primeiro semestre de 2019, comparado aos atuais níveis, com isso dependendo de a Opep e a Rússia reduzirem a oferta. Para o restante do ano, o banco acredita que o crescimento global mais lento derrubará mais os preços.

Economistas e analistas consultados pela Thomson Reuters reduziram as estimativas para o preço do petróleo em 2019. O Brent deverá ficar em média em US\$ 74,50 o barril no ano que vem, queda em relação a previsão de US\$ 76,88 feita em outubro. A média de negociação do Brent desde o começo do ano é de US\$ 73.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2018

Seção: Suplemento - Empresas & clima

Autor: Tom Collins | African Business Magazine

Título: Energia solar comprada fora da rede cresce na África

Cerca de 620 milhões de pessoas na África Subsaariana continuam sem eletricidade. Nesse contexto, uma solução simples vem expandindo o alcance da energia solar em todo o continente: os sistemas solares pagos pelo método Pay-As-You-Go (PAYG) ou conforme o uso.

O método permite que os clientes comprem energia solar fora da rede de abastecimento, a partir de um painel que cobra conforme o consumo. As empresas de energia solar que operam nesse modelo distribuem o software e o hardware do painel solar há cerca de dez anos na África.

Esses sistemas vêm ganhando força na África e as recentes movimentações no mercado sugerem que o crescimento vai continuar. O potencial do setor, que até agora registrou mais de US\$ 600 milhões em financiamentos, foi reforçado com duas transações em 2017: a gigante da energia francesa Engie adotou a tecnologia por meio da aquisição da Fenix International e a Mobisol, sediada em Berlim, adquiriu a provedora de software PAYG.

Essa associação com grandes empresas também permitiu que os provedores de serviços PAYG se tornassem mais especializados, já que eles não precisam mais agir fora de suas competências, em todas as áreas da cadeia de valor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2018

Seção: Suplemento - Empresas & clima

Autor: Angelina Davydova | Kommersant

Título: Um jeito novo de transformar resíduos orgânicos em energia

Alexander Smotritsky, um cientista de 35 anos de Ecaterimburgo, na região dos Urais, na Rússia, costumava passar regularmente em frente a uma granja avícola e sentia repugnância do cheiro dos resíduos. Essa experiência desagradável inspirou-o a desenvolver um sistema de reciclagem que transformaria, de forma barata, os resíduos orgânicos em biogás potencialmente lucrativo.

De acordo com o relatório Renewables 2018, da Agência Internacional de Energia, a bioenergia moderna irá liderar o crescimento de todas as energias renováveis até 2023. Na Rússia, o potencial para bioenergia é vasto. Em 2010, quase 90% do investimento total do país em energias renováveis foi direcionado para a bioenergia, principalmente equipamentos estrangeiros para projetos de biogás em terras agrícolas. Mas a crise econômica local e a desvalorização da moeda que se seguiu tornaram o equipamento de biogás estrangeiro muito caro para a maioria dos consumidores russos, enfraquecendo o setor. O gás

natural ainda desempenha um importante papel energético. O biogás, no entanto, é uma fonte de energia renovável.

“Seu uso reduz as emissões de gases de efeito estufa, porque impede a queima de gás natural ou carvão. Ele só libera o CO₂ absorvido anteriormente pelas plantas durante seu crescimento, sem perturbar o balanço de carbono na atmosfera. Também ajuda a resolver o problema dos resíduos e, ao fazê-lo, evita emissões em grandes quantidades de outro poderoso gás de efeito estufa — o metano — dos aterros sanitários”, afirma Alexey Kokorin, chefe do programa climático e energético do World Wide Fund for Nature (WWF) Rússia.

Smotritsky, que estudou termofísica experimental na Academia Russa de Ciências, nos Urais, e seu pai, Andrey, engenheiro que patenteou várias invenções em ciências médicas e veterinárias, fundou a empresa Bioenergy LLC, em 2014. Eles construíram um módulo de pré-tratamento de substrato chamado WiseSoil, que se conecta a uma unidade de biogás e prepara o lixo para ser mais eficientemente transformado em bioenergia, desmembrando-o em partes menores. (O conceito é semelhante à forma como os dentes trituram os alimentos antes de serem digeridos.)

“Reduzimos o custo da unidade de biogás para nossos clientes”, diz o Smotritsky mais jovem, explicando que o módulo permite que os clientes comprem unidades de biogás menores e mais baratas e, ainda assim, processem a mesma quantidade de resíduos que as unidades maiores, conseguindo os mesmos — ou até melhores — resultados.

A startup foi originalmente financiada com um empréstimo de 20 milhões de rublos russos (US\$ 260 mil) da Russian Venture Company (RVC), um fundo e instituto de desenvolvimento de inovações do governo. Mais tarde, o projeto obteve uma micro-subvenção da Fundação Skolkovo. Agora, seu modelo de negócios depende da venda tanto dos módulos como das licenças de tecnologia da WiseSoil. Este ano, a empresa vendeu 27 módulos a clientes em todo o mundo e espera entregar mais 13 antes do final de 2018.

Mas os lucros ainda estão por vir para a equipe de oito pessoas por trás da tecnologia WiseSoil. “Alcançamos o equilíbrio, mas reinvestimos os lucros em desenvolvimento de produtos e P&D constantes”, diz Smotritsky, observando que a receita da empresa em 2018 deve atingir US\$ 180 mil.

Por enquanto, a Bioenergy LLC — incluindo fabricação, pesquisa de laboratório e novos testes de tecnologia — está sediada em Ecaterimburgo. Mas como a maioria de seus clientes está fora da Rússia — no Reino Unido, Suíça, Alemanha, Croácia, Coreia do Sul e Cazaquistão —, a empresa tem distribuidores na Coreia

do Sul, representantes nos Estados Unidos e na República Tcheca e, atualmente, está estabelecendo uma subsidiária na Lituânia.

A Bioenergy LLC planeja transferir algumas de suas linhas de montagem para a União Europeia, a fim de expandir sua presença no mercado europeu e atrair investimentos de fundos de capital de risco europeus. “Na Rússia, não há mercado para nossas soluções. A indústria do biogás está se desenvolvendo muito devagar e há poucas empresas produzindo unidades de biogás para resíduos agrícolas”, diz Smotrisky.

De acordo com o sistema de geo-informação Fontes de Energia Renováveis da Rússia, o país gera mais de 600 milhões de toneladas de resíduos orgânicos por ano, dos quais 150 milhões são provenientes do setor pecuário. Ivan Yegorov, um dos fundadores da empresa de consultoria russo-norueguesa Nordic EcoBusiness Centre, especializada em análise de investimentos em desenvolvimento e energia sustentáveis, diz que a produção de 1 kg de carne suína gera pelo menos 40 t de resíduos líquidos, criando sérios desafios ambientais para os recursos hídricos e do solo.

A tecnologia da WiseSoil também poderia ser usada para tratar o lixo orgânico doméstico, o que equivale a 20% de todo o lixo doméstico na Rússia, diz Vladimir Chuprov, chefe da unidade de energia do Greenpeace Rússia. Ele acha que o módulo pode ser particularmente útil nas grandes cidades.

Igor Shkradyuk, do Centro de Conservação da Biodiversidade de Moscou, concorda, observando que os moscovitas estão insatisfeitos com aterros e gases originários de resíduos orgânicos. “Eu apoio a ideia da WiseSoil, porque ela promove um processamento mais profundo e a distribuição de resíduos orgânicos”, ele diz.

“Na Rússia, a maioria dos produtores de resíduos industriais prefere pagar uma multa pelo tratamento de seus resíduos de uma maneira tradicional, ao invés de uma abordagem sustentável, porque a maioria das soluções tecnológicas não é economicamente viável. Esperamos mudar isso e permitir que as empresas realmente transformem seus resíduos em renda”, diz Smotrisky.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/12/2018

Seção: Suplemento - Empresas & clima

Autor: Joël Cossardeaux | Les Echos

Título: Multinacionais surfam a onda de precificação interna do carbono

Em um relatório publicado em outubro passado, especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) afirmaram que serão necessários surpreendentes US\$ 2,4 trilhões por ano até 2035 para evitar que, no próximo século, o planeta tenha um aquecimento superior a 1,5°C. Algumas empresas já começaram a ajudar a pagar essa conta astronômica comprando cotas de emissão de CO₂. Mas o sistema de cotas é impopular, pelo menos na Europa, onde é visto como fardo. No entanto, uma iniciativa diferente tem sido bem-sucedida desde a COP-21: a precificação interna de carbono — ou a colocação de um preço nas próprias emissões de carbono.

Um número crescente de empresas demonstrou interesse em adotar essa medida. Segundo a organização internacional Carbon Disclosure Project (CDP), no ano passado, 782 grandes empresas em todo o mundo revelaram ter intenção de implementar um preço interno de carbono e 607 empresas já haviam tomado a iniciativa — oito vezes mais do que há quatro anos.

As empresas multinacionais entendem que as mudanças climáticas podem ter impacto sobre seus negócios em todos os lugares onde operam. Os investidores estão cada vez mais preocupados com as consequências financeiras desse risco e estão ajudando a aumentar a conscientização. “É parte da conversa que temos com gestores e analistas de ativos”, diz Claire Tutenuit, delegada chefe da associação francesa Entreprises pour l’Environnement (Empresas pelo Meio Ambiente, ou EpE). A Amundi, empresa francesa líder em gestão de ativos, transformou a precificação interna de carbono em parte de seus negócios.

Definir um preço interno para o carbono, geralmente por meio de uma taxa, também é uma oportunidade para as empresas responderem a uma série de regulamentos e preços estabelecidos ou variáveis, onde quer que façam negócios. Hoje, 20% das emissões mundiais de CO₂ são cobertas por preços fixos de carbono, sejam eles estabelecidos pelo Estado, cidade, província ou federação.

Mas no que diz respeito às empresas, Sébastien Postic, gerente de projetos do instituto de pesquisa francês I4CE, acredita que “muito poucas se comprometem com esse sistema com o objetivo principal de melhorar seu desempenho”. Ele identificou vários fatores motivadores que levam ao engajamento corporativo. Para bancos e seguradoras trata-se, principalmente, de se protegerem em relação a seus clientes, diz Postic. Grupos industriais, segundo ele, têm o objetivo de reduzir ativamente suas emissões de CO₂ para se protegerem do risco regulatório de possíveis adoções ou flutuações dos preços ‘externos’ do carbono. A resposta deles, o chamado “preço sombra”, geralmente consiste em adicionar o preço interno do carbono ao custo de seus investimentos.

O preço sombra, ou precificação virtual de carbono, é uma prática incentivada pelas principais instituições financeiras, como o Banco Mundial, o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) e o Banco Europeu de Investimento (BEI). Ele permite que as empresas garantam que seus projetos sejam sustentáveis, aumentando sua eficiência energética em países com probabilidade de definir ou aumentar o preço do carbono. Na China, por exemplo, os preços podem variar de US\$ 1 a US\$ 10 por tonelada, de uma região para outra. Essa faixa deve aumentar, considerando o plano ambicioso da China de reduzir suas emissões de gases do efeito estufa. A Austrália é outro mercado em que vale a pena ser cauteloso, já que os investimentos de empresas estrangeiras são igualmente grandes. Lá, o preço do carbono depende de qual partido político está no poder e isso muda com frequência.

Algumas empresas na França cobram internamente pelo preço do carbono que adotaram. O banco francês La Banque Postale está fazendo isso por meio de seus fundos de carbono, pagos pela precificação de sua pegada de carbono a US\$ 8 por tonelada de CO₂. Esses fundos financiam iniciativas internas para reduzir as emissões de CO₂. Existe um plano de ação semelhante na Société Générale, onde o imposto interno sobre o carbono (US\$ 11) financia iniciativas internas para melhorar a eficiência ambiental. Nos primeiros três anos, o sistema ajudou a reduzir as emissões da empresa em 1,4%.

Os preços internos podem variar drasticamente de uma empresa para outra. Segundo a CDP, eles oscilam de US\$ 1 a US\$ 800 por tonelada de CO₂. Tutenuit explica: “Muitas coisas dependem do horizonte de tempo de cada investimento. Quanto mais tempo houver, mais altos serão os preços”. Como resultado, as grandes empresas que liberam grandes quantidades de CO₂ na atmosfera são as que mais desejam surfar a onda. Na França, 67 empresas listadas na bolsa de valores de Paris adotaram um preço interno de carbono. Mas o sistema ainda tem que pegar entre as PMEs, já que seus investimentos não são grandes o bastante e raramente são internacionais.

MME / ASCOM .